**7- O PAPADO E SUA RELAÇÃO COM OS PODERES POLÍTICOS**

**ATÉ A PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XI.**

**TEMA: A ALIANÇA DO PAPA COM OS FRANCOS. ORIGEM DOS ESTADOS PAPAIS.**

ORIGEM DOS ESTADOS PONTIFÍCIOS.

A origem dos Estados papais está localizada nos séculos VI e VII e eles nunca cobriram toda a Itália. No norte, os francos dominavam e no sul, os bizantinos.

NÚCLEO DOS ESTADOS PONTIFÍCIOS:

O Patrimônio de São Pedro.

PREMISSA HISTÓRICA:

Durante o tempo do Império Romano (que terminou em 476 com a queda de Roma), o Sumo Pontífice não exerceu nenhuma soberania política, ele era apenas um chefe espiritual, ele apenas governava a Igreja. Era impensável que o papa fosse o chefe político.

Entretanto, quando o Império Romano foi fragmentado em diferentes nacionalidades e a queda do Império Ocidental e aconteceu a invasão dos bárbaros, o Império Romano Ocidental se viu sem cabeça, já que não só o imperador havia desaparecido, mas as autoridades civis também tinham desaparecido. Assim, espontaneamente o papa foi visto pelo povo como a única autoridade, ou seja, devido à situação criada a figura do papa se destacava e o povo via nele a autoridade capaz de consertar as coisas.

Esta nova visão do papado exigia a posse de um apoio temporário sobre o qual o papa pudesse exercer a soberania política.

Em outras palavras, o papa se viu involuntariamente a única autoridade e começou a exercer autoridade política.

Isto estimulou a reflexão e se concluiu que o Papa deveria ter um espaço temporal para exercer tal autoridade.

**FATOS:**

A partir daqui, surgirão teorias que tentarão interpretar o direito do papa de governar determinados territórios.

**A PRIMEIRA TEORIA** é baseada numa espécie de documento ou diploma que conta como os papas passaram a ter essa soberania como resultado de uma doação feita pelo imperador Constantino ao Papa São Silvestre.

O documento foi chamado de ***Donatio Constantini*** e consistia em duas partes:

***- A Confessio ou narratio.***

***- A Donatio.***

Na *Confessio* Constantino faz uma profissão de fé católica e conta como ele, após ser milagrosamente curado da hanseníase e instruído na religião cristã, foi batizado pelo Papa São Silvestre.

A *Donatio* conta todos os benefícios e privilégios que ele concede em agradecimento ao Papa Silvestre e seus sucessores, benefícios que são:

- que os papas exerceriam a supremacia sobre todas as igrejas do mundo, incluindo os quatro patriarcados orientais.

- que desfrutariam das honras imperiais vestindo um diadema e uma mitra, o pálio cruzado no ombro (típico dos imperadores bizantinos), o manto ou capa púrpura, o cetro e a insígnia do imperador.

- para o exercício de tanta dignidade do papa, foi-lhe concedida, além da Basílica Lateranense, autonomia sobre a

cidade de Roma e todo o Ocidente, e ele - Constantino - se retiraria para Constantinopla.

**JUÍZO HISTÓRICO:**

Esse documento não resiste à crítica interna ou externa, seu estilo e linguagem são bastante inverossímeis, com uma grande quantidade de erros históricos que revelam a presença de um autor posterior pertencente ao século VIII ou IX.

**INTENÇÃO:**

O documento queria justificar os territórios governados pelo papa como garantia de legalidade.

O primeiro a detectar a falsidade do documento foi o Cardeal de Cura, em 1442. Mais tarde, um humanista, Lorenzo Valla, provou, seguindo Cura, que era falso.

**AUTOR DA FALSIFICAÇÃO:**

O Cardeal Barônio (que escreveu a primeira história da Igreja feita com rigor e para responder aos protestantes), diz que o autor da Donatio Constantini seria alguém da corte bizantina. É verdade que foi preservado o texto grego, mas sabe-se que é posterior ao latim, portanto esta hipótese não se mantém.

Segundo Döllinger, o autor seria um sacerdote que pertencia à corte romana do século VIII, (embora outros pensem que era um clérigo francês do século IX)... e falsificou-a para justificar legalmente a soberania dos papas sobre territórios que haviam pertencido aos bizantinos e depois aos Lombardos.

Outra hipótese afirma que foi elaborada em Reims, no ano 816 por ocasião da viagem do Papa Estêvão IV para coroar Ludovico Pio.

Até o século XV, ninguém duvidava de sua autenticidade.

**A SEGUNDA TEORIA** afirma que a soberania política dos papas tem sua origem nos tratados de Pepino o Breve e de seu filho Carlos Magno com Estêvão II e Adriano I.

Isto tem um fundo de verdade histórica inquestionável, mas é impreciso porque nestes tratados fala-se de restituição em vez de doação. Portanto, os Estados papais não partiram dali, mas já eram administrados e governados pelo Papa.

A teoria não é satisfatória porque tenta legalizar o que de fato já existia.

Assim, para entender como os Estados papais foram realmente formados, devemos levar em conta a evolução natural.

**O PATRIMÔNIO DE SÃO PEDRO**

A soberania dos papas sobre os Estados papais foi um desenvolvimento paulatino de alguns bens ou posses que o papa possuía em Roma, nos arredores e no sul da Itália.

Este patrimônio nasceu sob a influência de múltiplas causas históricas, políticas, sociais e econômicas que fizeram do papa:

- um grande latifundiário.

- uma autoridade civil.

- um soberano político com súditos e estados temporários.

O patrimônio de São Pedro ou ***Patrimonium Petri*** foi formado à imitação do que a lei romana chamou de *Patrimonium Principis*, que eram propriedades pessoais dos imperadores.

Este *Patrimonium Principis*, que foi primeiro uma propriedade pessoal ou fortuna privada do imperador, veio a ser identificado com o passar do tempo com o Fisco (que cobra impostos e confisca para o imperador).